

Combate à pobreza e resíduos sólidos: como o lixo pode ser instrumento de inclusão social?

- **Arnaldo Luiz Dutra - Diretor – Geral do DMLU/ Engenheiro Agrônomo –**
adutra@dmlu.prefpoa.com.br
- **Gisane Gomes -Doutora em Serviço Social/Socióloga do DMLU / Professa Adjunta de Sociologia da UCS,FSG e do Ministério da Justiça/Departamento Penitenciário Nacional –** gisane@terra.com.br
- **Moisés Waismann - Diretor da Divisão de Controladoria do DMLU/ Economista/ Mestre em Agro Negócios** waismann@dmlu.prefpoa.com.br

Introdução

O Departamento Municipal de Limpeza Urbana – DMLU é uma autarquia pública municipal que tem como finalidade a prestação de serviços de limpeza, de coleta, de tratamento e de destinação final dos resíduos sólidos gerados e coletados no município de Porto Alegre. Dentre suas diretrizes e motes de gestão encontram-se a priorização das formas de preservação ambiental, a busca por uma crescente qualidade de vida da população, a politização dos serviços e a participação popular. Para tanto, o DMLU busca associar às ações e à prestação dos serviços os processos de educação ambiental, no sentido de reduzir, reaproveitar e propiciar a reciclagem dos resíduos gerados. Para o desempenho da prestação dos serviços o Departamento desenvolve projetos e ações operacionais que promovem a preservação do ambiente e propiciam o estabelecimento de um desenvolvimento sustentado.

Porto Alegre é a capital do Rio Grande do Sul e conta hoje com cerca de 1.300.000 habitantes, em uma área de atrativos geográficos e posição privilegiada para a realização das políticas de integração do MERCOSUL. A Prefeitura Municipal de Porto Alegre – PMPA desde 1989 está estabelecendo sua gestão em função do aumento da qualidade de vida de toda a sua população, incluindo

aquelas parcelas que sempre estiveram excluídas dos processos de gestão do Estado e dos benefícios que o desenvolvimento econômico pode propiciar. Para tanto, são fomentadas políticas e ações públicas e administrativas no sentido de garantir a participação popular e o desenvolvimento de processos democráticos de gestão do Estado.

Assim, além das atribuições específicas da limpeza urbana e do manejo dos resíduos sólidos, da preservação ambiental e dos processos de saneamento, o DMLU procura em seu processo de gestão atender as demandas políticas de inclusão social, de exercício de cidadania, de participação popular e de comprometimento com os processos públicos para a qualidade de vida. A sua gestão é focada no sistema de gerenciamento integrado dos resíduos sólidos, onde todas as ações e as prestações dos serviços estão interligadas de maneira a garantir a politização dos processos, a eficiência, a eficácia e a equidade na gestão. A base do planejamento estratégico do DMLU consiste na integração de três elementos: o sistema de gerenciamento integrado dos resíduos sólidos, o Plano Plurianual da PMPA e o Orçamento Anual do DMLU. Portanto, a base estrutural da gestão está na construção e execução do Orçamento Interno do DMLU e no Plano Plurianual da PMPA que no período de 2002 a 2005 encontra-se focado nas seguintes diretrizes:

- qualificação dos serviços;
- radicalização da democracia;
- combate à pobreza;
- desenvolvimento tecnológico e gerencial.

O Orçamento Anual do DMLU para 2003 é de cerca de 100 milhões de reais e atende aos valores da Administração Municipal e às diretrizes ambientais e da participação popular. Entretanto, os resíduos sólidos que são o foco de atuação e da prestação dos serviços do Departamento são também fontes de sobrevivência material alternativa para parcelas da população que são excluídas dos processos formais da dinâmica da economia. Assim, os resíduos podem assumir tanto um valor-de-uso como um valor-de-troca. Como mercadoria, então no sentido marxista (1983) do termo, os resíduos tendem a demandar políticas de

gerenciamento bem mais complexas que as demais secretarias e departamentos que fazem parte da Administração Municipal. Apresentam influência direta nos processos econômicos e na dinâmica estrutural da sociedade, tanto no nível formal das organizações quanto no nível informal, ou seja, na marginalidade social (Kowarick, 1977). Pois são instrumentos que podem, a partir de políticas de gestão de inclusão social, combater a pobreza por meio da sua utilização como fonte de renda.

As ações que o DMLU estabelece nesse sentido são a coleta seletiva (como programa), as Unidades de Triagem – UT que são os destinos da coleta seletiva, o Projeto de Reaproveitamento de Resíduos Orgânicos via Suinocultura, a Unidade de Triagem e Compostagem da Lomba do Pinheiro – UTC e o programa de incentivo à compostagem caseira. As demais formas de prestação dos serviços também contribuem nesse sentido, porém, não de maneira direta, mas em um processo global de preservação do ambiente e no significativo aumento da qualidade de vida da população como um todo.

O trabalho a seguir buscou fazer um levantamento profundo nas estratégias e nas formas de planejamento que a PMPA e o DMLU lançam mão durante seus processos de gestão, principalmente no Plano Plurianual da PMPA e na elaboração e na execução do Orçamento Interno Anual do DMLU. Depois foi realizado um cruzamento no sentido de verificar até que ponto o sistema de gerenciamento integrado pode ser executado com tal previsão orçamentária e pode atender as demandas da população de Porto Alegre e as demandas da política pública que fundamenta a Administração Municipal. Foram estudados e analisados em especial os projetos e processos mais diretamente ligados ao combate à pobreza e que além disso, contribuíssem na radicalização da democracia sem comprometer a qualificação técnica e gerencial.

Assim, tem-se como objetivos nesse trabalho: identificar até que ponto a política para o manejo dos resíduos sólidos pode ser instrumento de preservação ambiental e de combate à pobreza; verificar a eficiência e a eficácia dos processos de gestão da PMPA em geral e do DMLU em específico no atendimento das demandas da inclusão social; verificar se as estratégias de gestão que

fundamentam a PMPA e o DMLU são aptas para o atendimento das diretrizes de promoção da qualidade de vida da população de Porto Alegre.

Pobreza e resíduos sólidos

Ao se considerar que os resíduos sólidos transcendem a mera posição de restos de alguma atividade dos homens em sociedade está-se focando a lógica de complexidade sobre esse elemento. Em outras palavras, afirma-se uma potencialidade de que os resíduos sejam indicadores sociais e indicadores do grau de desenvolvimento das forças produtivas (Marx, 1983). Por isso, são fatores que propiciam não só estabelecer processos de avaliação das formas de gestão de avaliação pública, como também propiciam avaliar e dimensionar a prestação dos serviços e o controle sobre os processos de preservação do ambiente.

Assim como a pobreza, os resíduos sólidos também são relações e conseqüências do estabelecimento de relações sociais de produção em um dado modo de produção ou sistema. Como partes de um mesmo todo, nem sempre são estabelecidas relações diretas, entretanto, dentro de um modelo específico de gestão, as relações podem ser criadas, dimensionadas e definidas em função da minimização dos efeitos não desejáveis de um desses dois fenômenos. Em outras palavras, a pobreza pode ter influentes impactos em termos de minimização quando encontra nos resíduos sólidos de uma dada sociedade fonte de sobrevivência por parte dos indivíduos que vivem em situação de pobreza. Afinal, a sociedade capitalista pauta-se por inúmeras contradições. Os resíduos e a pobreza são elementos permeados por tais contradições. São essas contradições que ao serem foco de um modelo de gestão podem vir, em um primeiro momento, a comprometer a diminuição de seus próprios efeitos perversos.

A principal contradição estabelecida entre pobreza e resíduos está no fato de que quanto maior o grau de pobreza e de miserabilidade que um indivíduo ou grupos de indivíduo apresentam, menor será a potencialidade desse em gerar lixo, ou seja, a pobreza é inversamente proporcional à capacidade de gerar resíduos sólidos. Por isso, a posição produtiva que é ocupada e as relações de produção desenvolvidas é que apontam a potencialidade da geração de resíduos, bem

como, a prestação dos serviços devem assumir e adaptar em função do atendimento dessas variáveis na demanda do manejo dos resíduos sólidos e da limpeza urbana.

Durante muitos anos (e também na atualidade) era comum encontrar em livros e em manuais sobre manejo de resíduos e limpeza urbana afirmações de que existe uma relação direta e proporcional entre o número de habitantes de uma cidade e as quantidades de resíduos geradas. Essa afirmação é equivocada na medida em que se considera que a densidade demográfica é apenas uma das variáveis do processo, pois a determinação mais condicionante do fenômeno está nas relações de produção estabelecidas, seguidas por importantes variáveis como a cultura, a vocação econômica e as políticas administrativas (principalmente, as políticas ambientais) dessas sociedades (Alves, Dutra e Gomes, 1997). Assim sendo, o que contribui no aumento dos montantes de resíduos gerados são as relações de produção e são as atividades econômicas de trabalho dos indivíduos na sociedade. Em suma, é o estágio do desenvolvimento das forças produtivas que aponta e define o grau de pobreza e as formas e os montantes de geração de resíduos.

Diante disso, a intervenção pública ganha destaque no sentido de minimizar tal problema. Tal dimensionamento tende a obter resultados melhores quando associado a políticas de promoção de cidadania, pois além de estabelecer a minimização dos problemas de sobrevivência material e dos problemas que afetam a preservação ambiental, podem promover a minimização também nos processos de exclusão social.

Mas tudo isso pressupõe entender os resíduos sob uma ótica econômica, ou seja, como colocado na Introdução desse trabalho, proceder em um entendimento de que os resíduos sólidos podem assumir e serem entendidos como mercadoria, como elementos permeados por valor. Sendo valor-de-uso ou valor-de-troca de acordo com as circunstâncias de sua operacionalização, geração e/ou destinação final. Entretanto, em termos de senso comum e mesmo em processos técnicos de gestão, muitas vezes os resíduos são vistos e concebidos apenas como lixo, como restos indesejáveis de uma atividade determinada. Mas,

quando a concepção é indicadora de adjetivação no sentido de entender os resíduos sob uma ótica focada em políticas ambientais e de cidadania, os resíduos passam a ter status de recurso, de fomento, de mercadoria, de possibilidade material de satisfação alternativa de sobrevivência, ou seja, como promotor de renda e de minimização da pobreza.

No caráter de indicador o lixo potencializa as análises de produtividade, de vocação econômica, de posição social na estrutura produtiva. É instrumento e é produto, é identificação e é construtor de processos, portanto é alvo principal de geração de renda, nos processos operacionais de limpeza e coleta definidos pelo DMLU.

Quando a busca pelo exercício da cidadania acrescenta-se aos processos de combate à pobreza e aos processos de preservação do ambiente, a inclusão social ganha dimensões de comprometimento e de qualidade de vida. Isto significa que o assistencialismo e o paternalismo tendem a ser afastados dando lugar gradualmente à participação e ao comprometimento dos indivíduos com seus destinos e com o destino da coletividade. Portanto, a busca do exercício da cidadania, mais precisamente no caso das políticas de saneamento, a busca da cidadania ambiental promove uma maior eficácia nos processos de inclusão social, em especial, os processos que relacionam diretamente o combate à pobreza por meio dos resíduos sólidos.

O DMLU e o combate à pobreza

Historicamente e conjunturalmente, a população com deficiências e carências materiais sempre utilizaram os resíduos como fonte de renda ou de sobrevivência material. Buscar no lixo materiais potencialmente recicláveis ou reutilizáveis a outros fins, utilizar os resíduos sólidos orgânicos como fonte alimentar para animais ou utilizar os resíduos orgânicos como composto para fomentar a agricultura eram e são práticas estabelecidas como alternativas de sobrevivência material e geração de renda. Tais práticas atingem seu ápice nas últimas décadas do século XX, com o acirramento dos problemas de exclusão

social e torna-se contexto de intervenção para as gestões públicas que constatarem tal conjuntura como determinantes diretas no aumento dos problemas e entraves operacionais na prestação dos serviços. No caso do DMLU, órgão público responsável pela limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos, esse contexto potencializa a intervenção na cidade tendo influência direta no aumento dos montantes de lixo espalhados pela cidade e como entrave a operacionalização de alguns projetos. Por exemplo, cita-se a existência de catadores no depósito de lixo (Lixão da Zona Norte) que não só “residiam” no local, mas também exerciam lá as mais diferentes atividades produtivas e ilícitas (comércio, catação de materiais, tráfico de drogas, prostituição infantil, criação de animais). Esse fato era um obstáculo a operacionalização de um processo técnico adequado de destinação final dos resíduos (Caminhos do Lixo, 1993). Outra atividade comum, era a transferência por veículos de tração humana, animal ou motorizados dos resíduos acondicionados e dispostos à coleta pela população para serem utilizados como alimentos em criações de porcos. Esse fenômeno é chamado pelos técnicos do DMLU de “roubo de lixo”, pois os resíduos são dispostos pela população em dias e horários específicos para que o DMLU exerça uma coleta. Entretanto, alguns indivíduos passam antes dessa coleta e pegam esses resíduos para fins de catação, alimentação e comercialização.

Em levantamento realizado pela PMPA na década de 90 foram constatados que para alimentar as criações clandestinas de porcos existentes em Porto Alegre, eram roubadas cerca de 125 toneladas de lixo diariamente. Esse montante, na época, era equivalente a quantidade de resíduos que a Prefeitura de Novo Hamburgo no RS coletava, ou seja, em Porto Alegre somente para alimentação de porcos utilizava-se o que a população e as relações produtivas desse município inteiro do Vale dos Sinos gerava por dia.

A partir de 1989, a política que passa a definir o modelo de gestão na PMPA e no DMLU é fundamentada na participação popular no exercício da cidadania, na inclusão social e na promoção da qualidade de vida. Tanto o sistema de gerenciamento integrado, quanto o Orçamento Participativo do município – OP, o Plano Plurianual e a construção democrática e participativa do

Orçamento Anual Interno do DMLU foram e são pautados por diretrizes que modificaram radicalmente a natureza da gestão pública de Porto Alegre. Tendo como base a participação popular e o comprometimento com qualidade de vida para todos, esses processos que assumem-se como estratégias do modelo de gestão foram dimensionados em função de politizar até mesmo a prestação dos serviços de limpeza e, com isso, contribuir na construção de uma cidade diferente.

O sistema de gerenciamento integrado constitui-se internamente como principal desdobramento estratégico da gestão da PMPA no DMLU, pois estabelece os caminhos e as metodologias para realizar-se o planejamento da gestão. Nele estão contidas as diretrizes dos 3 R's, o princípio da coleta diferenciada e da segmentação dos destinos e dos tratamentos dos resíduos, a integração entre os processos e ações da prestação dos serviços, a necessidade e consciência de ações e processos de educação ambiental constante junto a operacionalização dos serviços e uma busca pelo comprometimento da população frente a preservação do ambiente.

Tal sistema é focado e sustentado pela sua relação com o Plano Plurianual da PMPA, um planejamento de caráter mais amplo para a gestão pública municipal, que no DMLU se desdobrará como o Orçamento Interno Anual. O Orçamento é um documento estratégico construído pelas diferentes áreas que compõem o DMLU (supervisões, assessorias, divisões e serviços) e contém a relação de todas ações e projetos da prestação dos serviços e suas respectivas rubricas. A definição dos recursos é feita a partir das prioridades estabelecidas pelo Plurianual, pelo sistema de gerenciamento integrado e pela participação das áreas. Assim, a integração desses documentos forma os planos de estratégia para a gestão do DMLU. Pois, as formas de gestão no DMLU somente há pouco tempo estão buscando adaptar-se aos processos de gestão pela qualidade e pela excelência modernos. Significa que em mais de um século de gestão e de prestação de serviços a Autarquia sempre se destacou na Administração Pública, entretanto, encontra-se em processos de aprimoramento e quer azeitar a máquina administrativa. Portanto, não estabelece processos formais de planejamento

estratégico com construção de planos de ação, indicadores, metas e estratégias dimensionadas por diretrizes específicas. Executa todas essas questões porem não dentro dessa ótica de formalidade. Assim, como estratégias e planos o DMLU executa-se a prestação dos serviços direcionados pelo sistema integrado de resíduos sólidos, pelo Plano Plurianual e pelo Orçamento Interno do DMLU. As diretrizes desse planejamento são aquelas definidas pela PMPA, pela participação popular e pela participação das áreas que compõem o Departamento.

O DMLU é uma autarquia pública municipal que tem como finalidade a prestação de serviços de limpeza, de coleta, tratamento e de destinação final dos resíduos sólidos gerados e coletados no município de Porto Alegre. Dentre suas diretrizes e motes de gestão encontram-se a priorização das formas de preservação ambiental, a busca por uma crescente qualidade de vida da população, a politização dos serviços e a participação popular. Para tanto, o DMLU busca associar às ações e à prestação dos serviços os processos de educação ambiental, no sentido de reduzir, reaproveitar e propiciar a reciclagem dos resíduos gerados, ou seja, promove os chamados 3 R's da limpeza urbana. Para o desempenho da prestação dos serviços o Departamento desenvolve projetos e ações operacionais que promovem a preservação do ambiente e propiciam o estabelecimento de um desenvolvimento sustentado. Entende-se aqui por desenvolvimento sustentado um processo de evolução tecnológico que se auto-alimenta e se auto-sustenta, sem necessitar elementos exógenos no processo. Além disso, esse tipo de desenvolvimento pressupõe o estabelecimento de uma solidariedade entre gerações, fazendo com que se estabeleça relações que promovam a preservação dos recursos naturais no tempo atual e para o futuro.

Em uma ótica de desenvolvimento sustentado e frente ao sistema de gerenciamento integrado de resíduos sólidos, destacam-se três projetos que além de serem baseados nos 3 R's são formas de garantir a interface com outras questões de importância para a Administração Municipal como um todo. São eles: o Projeto de Reaproveitamento de Resíduos Orgânicos Via Suinocultura, o

desenvolvimento e crescente ampliação da Unidade de Triagem e Compostagem da Lomba do Pinheiro e o Projeto de Compostagem Caseira.

O DMLU tem outros projetos e ações de coleta e limpeza que são focados nas diretrizes acima citadas, entretanto, esses três são os mais abrangentes e voltados a outras áreas de fomento municipal, principalmente, se o ponto do desenvolvimento sustentado estiver fundamentado na problemática da alimentação e do abastecimento da população de Porto Alegre.

Os resíduos sólidos não são apenas os restos e os rejeitos que a sociedade não quer mais. Como todo elemento na administração de uma cidade, podem assumir-se tanto como problemas a serem tratados, tanto como parte de soluções ou elementos fomentadores de soluções. Assim, os resíduos são elementos que se apresentam com um viés econômico, político, organizacional, administrativo, físico, poluidor e também como possível gerador de renda e de alimentação. Como já afirmado, os resíduos podem ser vistos como uma mercadoria e, portanto passíveis de assumir tanto um valor-de-uso como um valor-de-troca. Novamente, não são apenas esses projetos que apontam a adjetivação econômica e valorativa nos resíduos, mas são aqueles que estão mais ligados à geração de renda, à inclusão social e ao fomento econômico focado na problemática do abastecimento.

O projeto de Reaproveitamento de Resíduos Orgânicos Via Suinocultura tem mais de 10 anos de existência e se constitui em uma seleção prévia de resíduos no momento de sua geração em cozinhas e refeitórios de grandes estabelecimentos. Durante o processo de pré-preparo dos alimentos a serem servidos existe a geração de resíduos como cascas de legumes, frutas, restos de verduras, etc. As sobras nas panelas como também as sobras das refeições servidas e não consumidas são juntadas aos resíduos do pré-preparo e acondicionados em recipientes específicos a tal fim. São verificados, então se nesse material não estão presentes palitos, guardanapos, copos e sacos plásticos, ou seja, se o material constitui-se apenas de restos alimentares. Caso positivo, por meio de uma coleta diária esses resíduos são transportados até uma central de recebimento que se localiza na zona sul de Porto Alegre para serem distribuídos a

15 criadores de porcos. O projeto na atualidade coleta diariamente cerca de 10 toneladas de alimentos em 38 estabelecimentos (indústrias, hospitais e prestadores de serviços) e são beneficiados em torno de 1500 animais. Após a distribuição ser realizada por um sistema de cotas, os criadores participantes do projeto fazem o tratamento dos resíduos e procedem a alimentação dos animais. Cabe ressaltar que o projeto recebeu um prêmio da Fundação Getúlio Vargas e da Fundação Ford por destacar-se entre as 20 melhores práticas em Gestão Pública e Cidadania no ano de 1999. Tal premiação se deveu ao fato de que além desses criadores constituírem uma associação, eles apresentam uma alta participação política em mecanismos promotores da cidadania, tendo nesses 10 anos atingidos patamares significativos no rol da democracia direta e da participação popular. Bem como, o projeto prevê que parte do benefício que a Administração Pública fornece por meio dos resíduos possa ser transformada em mecanismos de solidariedade, já que a mais de 05 anos, os criadores sustentam 100 crianças de duas creches localizadas em zonas de alta deficiência de recursos financeiros, devolvendo em forma pecuniária uma porcentagem do montante de resíduos que recebem mensalmente, com ranchos básicos.

Em trabalho de conclusão de curso por uma acadêmica de Ciências Sociais realizado em 1998, foi constatado que dos 15 criadores, 11 tiveram aumento na renda familiar após 03 anos de participação no projeto. Outros 03 criadores atingiram esse aumento em 05 anos e apenas 01 criador, não identificava aumento na renda. Entretanto, 100% dos criadores procederam em modificações e aumento nos seus patrimônios, apontando a possibilidade concreta de mobilidade social. Cabe destacar também, o crescimento nos processos de participação popular e de mobilização política nos mecanismos democráticos de Porto Alegre, inclusive elegendo delegados nas reuniões do Orçamento Participativo – OP e nesse processo, o atendimento de inúmeras demandas, tais como um equipamento de transformação dos resíduos em ração, um espalhador de esterco para reutilizar os excrementos dos animais como adubo em suas atividades consorciadas de agricultura e a compra de um caminhão para a coleta realizada pelo DMLU.

Os outros dois projetos acima citados são relativamente novos na gestão do DMLU, mas já apontam o estabelecimento de caminhos de promoção de desenvolvimento sustentado e de promoção de cidadania.

A Unidade de Triagem e Compostagem da Lomba do Pinheiro – UTC foi uma obra construída com recursos conjuntos ao Programa Pró-Guaíba, tendo o DMLU como um dos nove co-executores desse programa. Na atualidade a UTC recebe cerca de 60 toneladas/dia de resíduos domiciliares brutos provenientes de zonas de coleta selecionadas para esse fim, com separação em esteira realizada por grupos de indivíduos da comunidade organizada do entorno. Os resíduos são triados por cerca de 180 pessoas que separam o material reciclável (papel, papelão, latas, vidros, plásticos), rejeitos e matéria orgânica. O objetivo é a separação da carga orgânica para produção de composto. O material reciclável é separado por categorias e vendido para posterior aproveitamento na indústria. O rejeito, ou seja, aquele material que prejudica a composição do composto orgânico e o material que não tem valor comercial ou de reciclagem é conduzido para o Aterro Sanitário. O total de material reaproveitado (como composto e para reciclagem) atinge uma média diária de 24 toneladas. Após uma permanência em leiras o material orgânico é peneirado e processado como composto. O composto até o momento é doado para micros, pequenos e médios produtores do entorno, a escolas e instituições e é entregue como amostras em feiras e eventos dos quais o DMLU participa. Existe um projeto de viabilidade econômica que prevê, no futuro, a venda desse material sendo um percentual destinado à associação que faz a segregação na esteira. Cabe colocar que pode aparecer a primeira vista que esse processo é um retrocesso, afinal, Porto Alegre e a Administração Popular destacam-se por terem retirado do lixo os indivíduos que ali viviam e, tal projeto, trabalha com a catação no lixo que passa em uma esteira os materiais a fim de separá-los. Contudo, como o foco do projeto é a produção do composto orgânico, a catação é a única forma mais viável (econômica e operacionalmente) no momento para garantir a qualidade do composto produzido. Os possíveis materiais recicláveis encontrados, separados e que não estejam contaminados ou sujos são

destinados a comercialização, tendo esses recursos financeiros uma posterior divisão por cotas entre os associados que ali trabalham.

O terceiro projeto refere-se a Compostagem Caseira e visa orientar e educar de maneira ambiental a população de Porto Alegre que mora em casas com pátios ou aqueles moradores que mesmo habitando apartamentos tenham o hábito de cultivar plantas em vasos ou em mini jardins. Para tanto, existe um grupo de técnicos que fazem o trabalho de orientação para a segregação dos resíduos domiciliares que devem ser reutilizados antes da disposição para a coleta. Cursos e vistas técnicas são alguns dos procedimentos utilizados. Outro mecanismo de divulgação da idéia encontra-se na distribuição de um manual em forma de cartilha impressa em linguagem simples e ilustrações coloridas que apresentam os tipos de resíduos gerados em casa, as formas de segregação, os diferentes destinos e suas correspondentes coletas, bem como as técnicas para produção em casa e com recursos escassos para a produção de um composto eficaz na melhoria da qualidade do solo e desenvolvimento das plantas. Entretanto, o que esse projeto pretende é buscar por meio da responsabilização do pequeno gerador de resíduos (unidades domiciliares) promover atitudes que possam contribuir não só na diminuição dos resíduos gerados como também na preservação do ambiente. Em suma, em uma próxima fase de aperfeiçoamento desse projeto, já aprovada, serão escolhidas vilas e áreas de difícil acesso ou algum espaço nesses locais para produção desse composto de forma coletiva pelas comunidades do entorno, facilitando com isso, a produção de alimentos em hortas coletivas.

Indiretamente, os três projetos contribuem na melhoria dos processos de alimentação e de abastecimento da população de Porto Alegre, mesmo não tendo em um primeiro momento a finalidade direta de assim proceder, ou seja, ao se buscar reduzir as quantidades de resíduos gerados, ao se buscar segregar da forma mais correta possível os resíduos, está se buscando colaborar na eficácia dos processos de reciclagem e se está buscando o reaproveitamento dos materiais que não se quer mais. Assim, o DMLU por meio de suas políticas de saneamento e de preservação ambiental na prestação dos serviços de limpeza e

de coleta contribui para o estabelecimento de processos que colaboram no aumento da qualidade de vida da população de Porto Alegre, com o fomento para minimização do abastecimento precário ou do não abastecimento e, por consequência, no combate a pobreza.. Bem como interferem no fomento de outras atividades - que não necessariamente as de saneamento- e que dependem de subsídios dos quais os resíduos podem se assumir como elemento principal.

Neste sentido, as políticas estabelecidas para gestão dos resíduos sólidos e da limpeza em Porto Alegre são também fomentadoras de políticas mais abrangentes que possam comprometer na totalidade a gestão da cidade e a qualidade de vida de sua população.

4- Considerações Finais

O DMLU como parte de um todo maior, no caso, a PMPA é representativo do modelo de gestão adotado que se fundamenta em processos democráticos e participativos. Como parte, é desdobramento da gestão e das estratégias maiores da administração pública. Portanto, ao somar o Sistema de Gerenciamento Integrado e o Orçamento Interno do DMLU com o Plano Plurianual pode-se afirmar tal desdobramento das estratégias maiores da gestão. Cabe, entretanto, salientar que além da prestação dos serviços de limpeza, de coleta e de manejo dos resíduos sólidos o DMLU promove ações e estabelece projetos voltados à promoção de cidadania ambiental e à promoção do aumento da qualidade de vida. Isto incide tanto direta quanto indiretamente no combate à pobreza, na inclusão social e na preservação ambiental e passa pela elaboração orçamentária interna que, deve associar recursos a prestação de serviços e atendimento das demandas do saneamento, cruzando e estabelecendo relações com as ações e projetos que atendam as diretrizes do Plano Plurianual, ou seja, ligando a prestação dos serviços com a qualificação dos serviços, com a radicalização da democracia, com o combate à pobreza e com o desenvolvimento tecnológico e gerencial.

O DMLU nesses próximos últimos 15 meses que restam nessa gestão pretende e planeja para melhor realizar a prestação dos serviços e o atendimento as ações da PMPA, criar uma área em forma de divisão que tenha como finalidade específica a geração de renda por meio da utilização dos resíduos sólidos, além de outras reformulações estruturais internas. A criação dessa divisão localizada na supervisão operacional garantira que a prestação dos serviços seja coerente com o princípio do DMLU em garantir qualidade de vida a todos na cidade e que possa contribuir efetivamente no combate a pobreza. Para tanto, essa divisão organizara e coordenara as ações e projetos da coleta seletiva, suinocultura, compostagem, triagem e reaproveitamento. Além da dimensão operacional essa divisão propiciara uma maior integração com o Serviço de Assessoria Sócio-Ambiental, garantindo processos de Educação Ambiental em cada ação executada e o cruzamento com as políticas sociais que norteiam a gestão do DMLU.

Isso só será possível se os resíduos sólidos na gestão forem entendidos como ferramentas e indicadores sociais, ou seja, com inúmeras dimensões que não só a dimensão de problema físico-espacial. Quando os resíduos são relacionados a uma dimensão econômica, financeira, estratégica e organizacional suas relações estabelecem novas perspectivas e horizontes e faz com que o Orçamento Interno do DMLU e suas rubricas, custos e investimentos sejam partes essenciais de processos para o combate a pobreza e o aumento da qualidade de vida para todos em Porto Alegre.

5- Referências bibliográficas

- **ALVES, Paulo, DUTRA, Arnaldo L. e GOMES, Gisane.** "Uma Contribuição para o Debate sobre os Novos Paradigmas dos Resíduos Sólidos no País". Porto Alegre, DMLU / PMPA, 1997 artigo de consumo interno ao DMLU.
- **CAMINHOS DO LIXO.** Porto Alegre, PMPA-DMLU, 1993.
- **FISCHER, Nilton (org).** "Por uma nova esfera pública: a experiência do orçamento participativo". Petrópolis, Vozes. 2000.

- FRANKENBERG, Cláudio (org).** "Gerenciamento de Resíduos e Certificação Ambiental". Porto Alegre, EDIPUCRS, 2000.
- GOMES, Gisane.** "Gerenciamento de Resíduos Sólidos em Porto Alegre e Qualidade de Vida". in FRANKENBERG, Cláudio (org). "Gerenciamento de Resíduos e Certificação Ambiental". Porto Alegre, EDIPUCRS, 2000. (a)
- KOWARICK, Lúcio.** "Capitalismo e Marginalidade na América Latina". São Paulo, Paz e Terra, 1977. 2ª ed.
- LESBAUPIN, Ivo.** "Poder Local X Exclusão Social: a experiência das prefeituras democráticas no Brasil".Petrópolis, Vozes. 2000.
- MARX, Karl.** "Contribuição à Crítica da Economia Política". São Paulo, Martins Fontes, 1983. 2ª ed.
- PONT, Raul (org).** "Porto Alegre, uma cidade que conquista: a terceira gestão do PT no governo municipal". Porto Alegre, Artes e Ofícios.2000.